

**UNIVERSIDADE TIRADENTES**

**SERVIÇO SOCIAL**

**MIRELLE CONCEIÇÃO SILVA**

**RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II**

**ARACAJU**

**2018**

MIRELLE CONCEIÇÃO SILVA

RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II

Relatório apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>Esp.Fernanda Silva Nascimento

ARACAJU

2018

## **IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA**

### **Disciplina: Estágio Supervisionado I**

Nome do professor responsável pela disciplina: Gilmara Rezende Cardoso Xavier

Supervisora Acadêmica: Prof<sup>a</sup> Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Thaysa Albuquerque de Menezes

Carga horária: 200 horas

### **Disciplina: Estágio Supervisionado II**

Nome do professor responsável pela disciplina: Gilmara Rezende Cardoso Xavier

Supervisora Acadêmica: Prof<sup>a</sup> Esp. Fernanda Silva Nascimento

Supervisora de Campo: Andrea Carlos Santos Souza

Carga horária: 200 horas

## **IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

Nome completo: Entidade de Acolhimento Mista Dr<sup>o</sup>.Gilton Feitosa da Conceição

Horário de funcionamento: 24hrs

Endereço completo: Av. Auxiliar II, nº300, Conj. Fernando Collor- Nossa Senhora do Socorro-Se

Fone: 3254-2890

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me conceder força e sabedoria para trilhar mais uma jornada. Finalizo essa etapa amando ainda mais a profissão, e nada disso seria possível sem a ajuda de Deus e pessoas tão especiais e essenciais ao meu lado.

Aos meus familiares, em especial minha mãe e irmã (Graça e Mikaelly), sou grata pela compreensão e empenho enquanto estive ausente.

Agradeço as minhas supervisoras de campo do estágio I e II, Thaysa Albuquerque e Andrea Carlos, pela paciência, parceria, dedicação, e correções quando necessário, parabéns pelas profissionais excelentes que vocês são.

A Supervisora acadêmica Fernanda Nascimento, obrigada pela paciência e por toda contribuição através da sua rica experiência profissional. A professora Gilmara, grata pela compreensão e por está disposta a ajudar quando precisei.

Quero aqui estender minha gratidão a profissionais excelentes, que tive a honra de ter ao meu lado, Michelle Marry, Aída Santana, Maria de Fátima, Cinthia Rejane, Bruno, Lidiany Carvalho, Ranikalle Barreto, Thaysna Helena, grata pela troca de experiências, incentivo e motivação nessa jornada.

Aos melhores presentes que a academia me deu, Maria do Carmo, Anieliza e Cleiton obrigada por tudo, sou muito grata pela vida de vocês, pelo carinho, parceria, amizade e cuidado que a mim dedicam.

Aos meus amados acolhidos, a direção, coordenação, e a toda equipe de trabalho que fazem a Entidade de Acolhimento Mista DrºGilton Feitosa da Conceição, meu muito obrigado.

Por fim aos meus amigos e a todos que contribuíram direta ou indiretamente em mais uma etapa, minha mais sincera gratidão.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	05
2	CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO	
	2.1 As expressões da Questão Social e a Política Objeto de Estágio.....	07
	2.2 Reconhecimento do Espaço Institucional.....	10
	2.3 Serviço Social na Instituição.....	15
	2.4 Diagnóstico.....	18
3	PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL	
	3.1 Abrangência do Projeto.....	22
	3.2 Resumo.....	23
	3.3 Participantes.....	24
	3.4 Justificativa.....	24
	3.5 Objetivos.....	25
	3.5.1 Objetivo Geral.....	25
	3.5.2 Objetivos Específicos.....	25
	3.6 Metodologia.....	25
	3.7 Equipe de Trabalho.....	26
	3.8 Divulgação do Projeto.....	26
	3.9 Interação do Projeto com outras Políticas Públicas.....	27
	3.10 Orçamento.....	27
	3.11 Recursos Materiais.....	27
	3.12 Avaliação.....	28
4	SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO.....	29
5	ANÁLISE E SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA.....	32
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS.....	36
	APÊNDICES.....	39
	ANEXOS.....	44

## 1 INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como objetivo principal apresentar as atividades desenvolvidas durante a disciplina de Estágio Supervisionado I e II realizado na Entidade de Acolhimento Mista Dr. Gilton Feitosa da Conceição, no município de Nossa Senhora do Socorro-SE. O estágio I teve duração de três meses, com início no mês de agosto e término em novembro de 2017, sob supervisão de campo da Assistente Social Thaysa Albuquerque de Menezes e da supervisora acadêmica Fernanda Silva Nascimento, cumprindo a carga horária de 200 horas em campo de estágio. Posteriormente, o estágio II foi realizado de fevereiro a junho de 2018, a supervisão em campo foi da Assistente Social Andrea Carlos Santos Souza, devido à mudança no quadro da equipe técnica da instituição.

A resolução CFESS/CRESS nº 533/2008, regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social a Lei 8.662/1993, que declara: “esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio”. (RESOLUÇÃO 533, 2008, p. 2). Sabe-se que as atribuições do profissional estão previstas na Lei 8.662/93, que dispõe sobre o Código de Ética profissional:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (BRASIL, 1993).

Conforme descrito acima, o Código de Ética indica o rumo ético-político a ser seguido pela categoria profissional de assistentes sociais, de acordo com os princípios e diretrizes nele contido.

A Política Nacional de Estágio (PNE), por sua vez, instituída pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) no ano de 2010 afirma que “o Estágio

Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional”, é uma atividade assegurada na matriz curricular do curso, cuja finalidade é fundamentar, direcionar e qualificar o processo de formação do Assistente Social.

O estágio configura-se como o primeiro contato defronte os desafios que a realidade da profissão nos apresenta, tanto da comunidade quanto da instituição em que o estagiário está inserido, desenvolvendo, dessa forma, a capacidade de enfrentar e superar os desafios encontrados no campo profissional. Tendo em vista o ponto de partida que o estágio trás, desencadeando o domínio de instrumentos teóricos e práticos, no que diz respeito à execução das suas funções, bem como forjar acadêmicos e futuros profissionais com uma visão crítica e reflexiva da realidade.

Pode-se ainda destacar que é no estágio que o perfil profissional do aluno, através da interação com supervisor acadêmico e supervisor de campo, começa a ser formado nesse processo de ensino e aprendizagem, trazendo para o estagiário uma formação qualificada e competente, gerando, portanto, um profissional comprometido com as demandas existentes.

## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

### 2.1 As expressões da Questão Social e a política objeto de estágio

No Brasil, o reconhecimento da Assistência Social pelo Estado aconteceu muito lentamente, a revolução de 1930 conduziu a questão social ao centro da agenda pública, “até então não havia uma compreensão da pobreza enquanto expressão da questão social e quando esta emergia para a sociedade, era tratada como caso de polícia e problematizada por intermédio de seus aparelhos repressivos” (CFESS). Dessa forma, a pobreza era tratada como disfunção individual, onde o problema estava no indivíduo e não no meio em que vivia. De modo que, as damas de caridade orientadas por princípios cristãos, se empenhavam em readequar a população por meio da beneficência.

Após muitas lutas por parte da classe trabalhadora, a ação pública no campo social aumentou na Era Vargas, o governo criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Surgiram ainda os Institutos de Aposentadorias e Pensões. Em julho de 1938 foi criado o Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde e formado por pessoas ligadas à filantropia. Destarte, não podemos deixar de frisar a importância da filantropia para o início da assistência social. No intuito de assistir aqueles que não conseguiam garantir a própria sobrevivência o Estado voltou-se mais aos excluídos do sistema de previdência social. Diante desse contexto, o governo criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), marcada pela presença das mulheres e pelo patriotismo.

A LBA, que surgiu num primeiro momento para prestar auxílio às famílias dos soldados enviados à 2ª Guerra Mundial, com o fim da guerra, passou a atender também os mais empobrecidos e reproduziu o modelo assistencialista (orientado pelo positivismo) que já acontecia, reforçando os laços de dependência dos mais vulneráveis. A primeira dama Darcy Vargas adotou a instituição que passou a ter no comando as esposas dos presidentes da República. Foi o início do chamado primeiro-damismo junto à Assistência Social, atendendo na ocorrência de calamidades com ações pontuais, urgentes e fragmentadas, onde nada era feito para propor uma transformação de fato na vida dos indivíduos, não existia um compromisso em promover mudanças diante das situações encontradas.

É a partir da Constituição Federal de 1988 que a Assistência Social é reconhecida como política pública de proteção social, dever do Estado e direito do cidadão, que compõe o sistema de Seguridade Social brasileiro junto com as políticas de Saúde e de Previdência



Social, de modo que aqueles que não contribuía para a previdência também tivessem acesso a esse direito. Sua descrição e diretrizes básicas estão contidas na Constituição:

A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:  
 I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;  
 II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;  
 III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;  
 IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;  
 V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988, Art. 203).

Essa garantia permite que a concepção da Política de Assistência Social transite da matriz sob a qual foi construída historicamente pautada sob a ótica do favor, do apadrinhamento, do clientelismo (YASBEK, 2007), caracterizada por ações pontuais e pouco efetivas, para uma política pela qual o objeto é a questão social, que deve ser analisada partindo do princípio de que as atuais formas de vida e de agir na vida social têm origem no passado, por isso é importante analisar suas raízes para compreender sua natureza e função.

Em 1993 aconteceu a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742, esta dispõe sobre a organização da Assistência Social, que regulamentou e institucionalizou artigos constitucionais, em seu Art. 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prove os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL,1993).

A LOAS deu início a uma trajetória de conquistas e avanços, no campo dos direitos. Extinguiu o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) e instituiu o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com a finalidade de fiscalizar a Política de Assistência Social e esta, por sua vez, adquiriu formação paritária e caráter deliberativo.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Resolução nº 145 de 15/10/2004 veio normatizar as ações de Assistência Social, organizando os serviços que estão previstos na LOAS, promovendo especialmente a defesa e a atenção às necessidades das pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, “é construída a fim de integrar as demais políticas sociais, considerando as peculiaridades sociais e territoriais, efetivando assim, a garantia dos mínimos sociais, bem como a universalização dos direitos sociais”, (PNAS, 2004). E tem

como órgão gestor, em âmbito nacional o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público não contributivo, descentralizado que organiza os serviços de Assistência Social no Brasil como forma de materializar a LOAS. Tendo como ponto de partida que define as bases para sua implementação a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada pelo CNAS - Resolução nº 130 de 15/10/05. “Tem como características principais a proteção social, a defesa de direitos socioassistenciais e a vigilância social, atribuindo a política em questão uma nova lógica de organização das ações”.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009, está organizada por nível de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos a indivíduos e famílias e em situação de vulnerabilidade social; e a Proteção Social Especial que se subdivide em média e alta complexidade. A primeira é destinada às famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, dentre outros.

A Proteção Social Especial de Média Complexidade disponibiliza apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento dos vínculos familiares e sociais. A segunda é a Proteção Social Especial de Alta Complexidade que visa garantir proteção integral a indivíduos e famílias em situação de risco pessoal e social, com vínculos familiares e comunitários extremamente fragilizados ou até mesmo rompidos por meio de serviços que garantam o acolhimento com privacidade, o fortalecimento dos vínculos familiares e/ou comunitário e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas.

Dentre os serviços que compõem a Proteção Social Especial de Alta Complexidade está o Serviço de Acolhimento Institucional, o qual é desenvolvido por meio de modalidades como Abrigo Institucional destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos sob medida protetiva de abrigo, onde os pais ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de garantir a proteção necessária; Casa-Lar, seu atendimento é desenvolvido em unidade residencial onde pelo menos uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador residente, prestando cuidados a um grupo de até 10 (dez) crianças e/ou adolescentes. Vale ressaltar que uma das principais diferenças da Casa-Lar para o Abrigo Institucional está no quantitativo de crianças e adolescentes e a composição de

equipe. Família Acolhedora e República, também são modalidades de Acolhimento Institucional. Tais serviços funcionam como moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família de origem, ou venha a ser encaminhada para família substituta, quando for o caso, ou quando se dê o alcance da autonomia (moradia própria ou alugada).

Os serviços de caráter continuado passaram a ser ofertados nos equipamentos públicos ou pela rede socioassistencial do SUAS. A Assistência Social passou a ter como referência os Centros de Referência da Assistência Social, os CRAS que têm sua natureza preventiva, ofertam serviços, programas e projetos para famílias em situação de vulnerabilidade social, em contra partida com sua natureza protetiva estão os Centros de Referência Especializado da Assistência Social, os CREAS que fazem parte do Serviço de Proteção Social Especial de média complexidade que atendem casos nos quais o indivíduo já teve os direitos violados, mas os vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Nesses espaços e equipamentos públicos as famílias passaram a ter a garantia de acesso à política pública de Assistência Social.

## 2.2 Reconhecimento do Espaço Institucional

O Núcleo Comunitário de Ação Social do Conjunto Fernando Collor (NUCAS), situado na Av. Auxiliar II, nº300, Conj. Fernando Collor- Nossa Senhora do Socorro-SE, é uma Organização não-governamental (ONG), que se subdivide em duas Entidades Civas de caráter associativo, Entidade de Acolhimento Mista Dr.<sup>a</sup> Maria Lilian Mendes Carvalho e Dr.<sup>o</sup> Gilton Feitosa da Conceição. Fundado no dia 10 de fevereiro de 1996, inscrito no CNPJ sob número 01.247.650/0001-07, registrado no Cartório do 3º ofício sob nº 263, às fls. 276 v, do livro b-01 no município de Nossa Senhora do Socorro-Se, reconhecido como utilidade pública por Lei Estadual sob nº 4187/99 e Municipal sob nº 467/98, pelo Ministério Público, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) sob nº 02004/2002, sendo seu representante o Sr. Waldson José da Conceição.

Seguindo as normativas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente (CONANDA) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009, a Entidade de Acolhimento Mista Dr.<sup>o</sup> Gilton Feitosa da Conceição é desenvolvida na modalidade de atendimento em Abrigo Institucional semelhante a uma residência, sendo assim a estrutura física da Instituição está dividida da seguinte forma: 01 (uma) sala da equipe técnica; 01 (uma) sala da coordenação; 01 (uma) dispensa;

01(uma)cozinha; 01 (um) refeitório;01 (uma) área de serviço; 02 (duas) salas de estar; 01 (uma) quadra de esportes; quintal; 04 (quatro) quartos, sendo 02 (dois) para meninas e 02 (dois) para meninos - de modo que, o quarto das crianças é separado do quarto dos adolescentes, bem como, existe divisão entre o lado feminino e o masculino,todos possuem camas/berços e armários individuais, ambos dispõem de 01 (um) banheiro cada,adaptado para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência;e 01 (um) banheiro para funcionários.

A equipe da Instituição é composta por 01 (um) diretor presidente; 01 (uma) coordenadora; 01 (uma) Assistente Social; 01 (uma) Psicóloga; 01 (uma) Pedagoga; 01 (um) Educador Físico, de acordo com o CONANDA, faz-se necessária a contratação de 01 (um) cuidador para cada 10 (dez) crianças e adolescentes e 01 (um) para cada 06 (seis) caso haja deficientes, sendo assim, a referida Instituição conta com o quantitativo geral de 12 cuidadores de ambos os sexos que trabalham por modalidade de plantão; 02 (duas) cozinheiras e 01 (um) motorista para atender questões externas ligadas à locomoção dos acolhidos e dos profissionais.

A Instituição oferta acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive crianças e adolescentes com deficiência, sob medida de proteção, conforme preconiza o Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) “As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados”. Onde famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

Respeitando o que está disposto no ECA, na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencias e no CONANDA a referida Unidade não se distancia excessivamente do ponto de vista geográfico e socioeconômico da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos.

A Entidade de Acolhimento se destina ao atendimento de até 20 crianças e adolescentes de 0 a 18 anos incompletos, atualmente o quantitativo é de 18 acolhidos, sendo 10 (dez) do sexo masculino e 08 (oito) do sexo feminino com faixa etária entre 07 meses e 17 anos de idade. Oferecendo-lhes proteção e atenção especial, visando inseri-los num processo social, educativo e comunitário.

Grupos de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco, a exemplo de irmãos, primos, serão atendidos na mesma Unidade. O acolhimento será efetuado até que seja possível o retorno à família de origem (natural ou extensa) ou colocação em família substituta. O serviço é organizado de acordo com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da

Criança e do Adolescente e das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”. A Entidade funciona todos os dias, 24 horas, onde os acolhidos moram, com direito a 03 (três) refeições, mais 02 (dois) lanches e a ceia. A visitação por parte dos familiares aos acolhidos é realizada em 02 (dois) dias da semana, domingo e segunda-feira no turno vespertino.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a vida, a saúde, a alimentação, a educação, ao lazer, a profissionalização, a cultura, a dignidade, ao respeito, a liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, Art. 227).

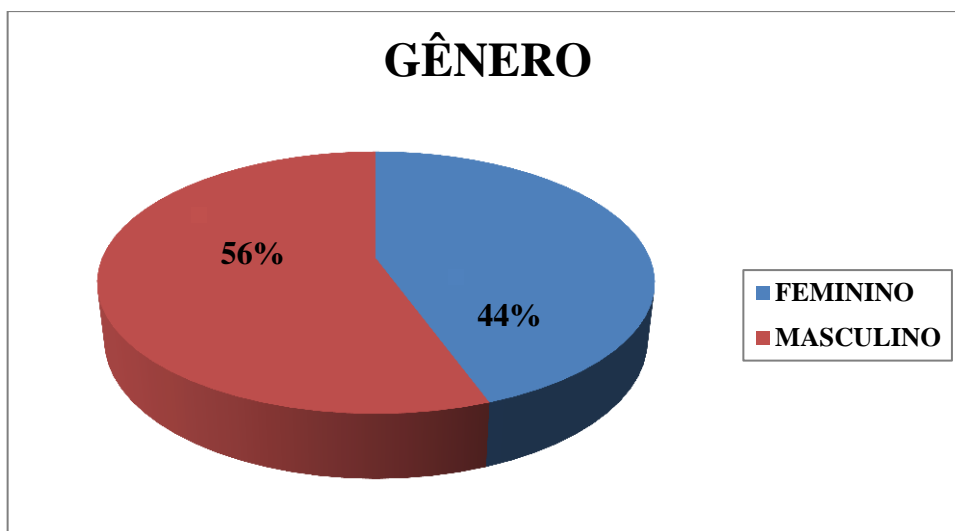
Portanto, faz-se necessário garantir a efetivação desses direitos, a Instituição desenvolve suas ações pautando-se no desenvolvimento psicossocial e educacional desses sujeitos e tem por finalidade complementar os serviços socioassistenciais já existentes no município, acerca das intervenções voltadas para este público. É válido destacar a importância da comunicação e parceria direta com Poder Judiciário, Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretárias de Assistência Social, Educação, Saúde, dentre outros.

A permanência de crianças e adolescentes dentro das Entidades de Acolhimento teoricamente não poderá ultrapassar dois anos, uma vez que a Lei nº12010/09 (Nova Lei de Adoção) dispõe sob a esta permanência, salvo comprovada a necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judicial.

Ressalta-se que a referida Instituição atualmente não desenvolve nenhum programa ou projeto, e o único serviço ofertado é o Serviço de Acolhimento do Município de Nossa Senhora do Socorro-SE.

Os gráficos a seguir têm por objetivo apresentar o perfil das crianças e adolescentes da Entidade de Acolhimento Mista Dr.ºGilton Feitosa da Conceição, localizada no Conjunto Fernando Collor do município de Nossa Senhora do Socorro-SE, quanto ao gênero, a faixa etária e ao endereço, de acordo com as especificidades da instituição, foi observado também o tempo e os motivos que levaram as crianças e adolescentes à situação de acolhimento institucional, tendo o quantitativo geral de 18 acolhidos.

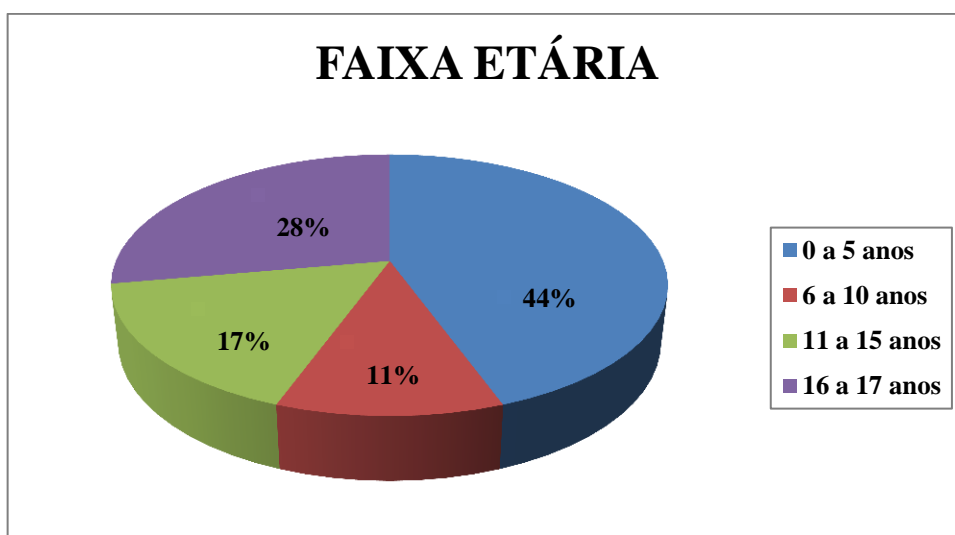
Gráfico 01: Gênero



Fonte: (Elaborado pela Autora, 2017).

Quanto ao gênero, é possível identificar que 56% dos usuários são do sexo masculino, e 44% do sexo feminino. Portanto, o quantitativo de meninos é maior se comparado ao de meninas, embora a diferença seja mínima, sendo 10 (dez) do sexo masculino e 08 (oito) do sexo feminino.

Gráfico 02: Faixa Etária

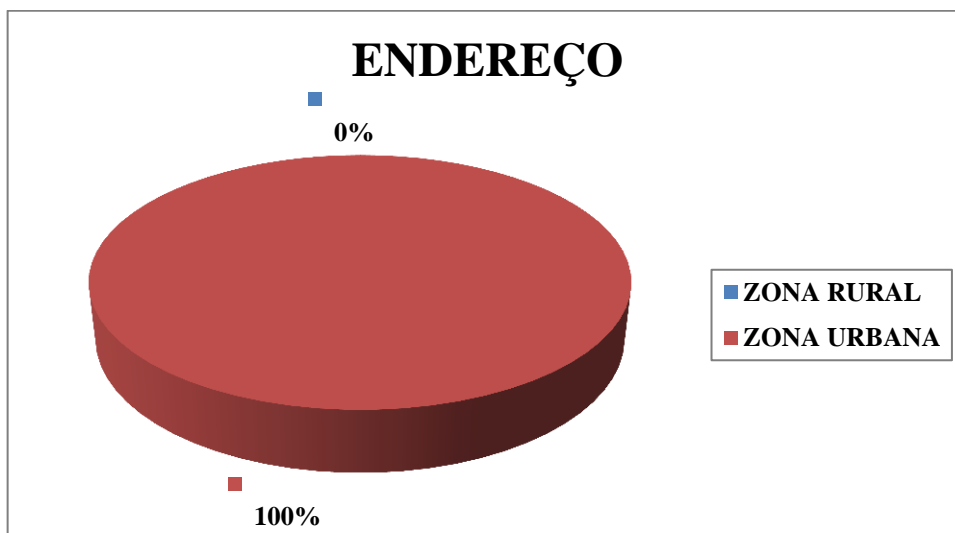


Fonte: (Elaborado pela Autora, 2017).

De acordo com o gráfico, a faixa etária varia entre 0 e 17 anos de idade, sendo 44% de 0 a 5 anos, o que equivale a 08 (oito) crianças, seguido de 28% entre 16 e 17 anos que corresponde a 05 (cinco) adolescentes, 17% estão entre 11 e 15 anos e 11% entre 6 a 10 anos

de idade. Foi possível identificar que o quantitativo de crianças acolhidas é maior que o de adolescentes.

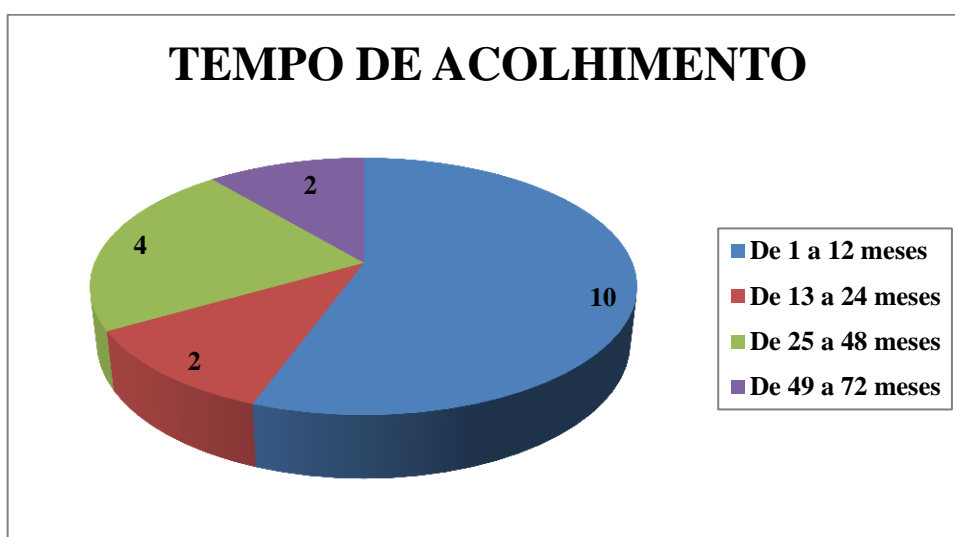
Gráfico 03: Endereço



Fonte: (Elaborado pela Autora, 2017).

Referente ao endereço, 100% dos 18 usuários da Entidade de Acolhimento, reside originalmente na zona urbana do município de Nossa Senhora do Socorro-Se, quanto aos principais conjuntos onde moram há predomínio do Conjunto Jardim I e do Piabeta.

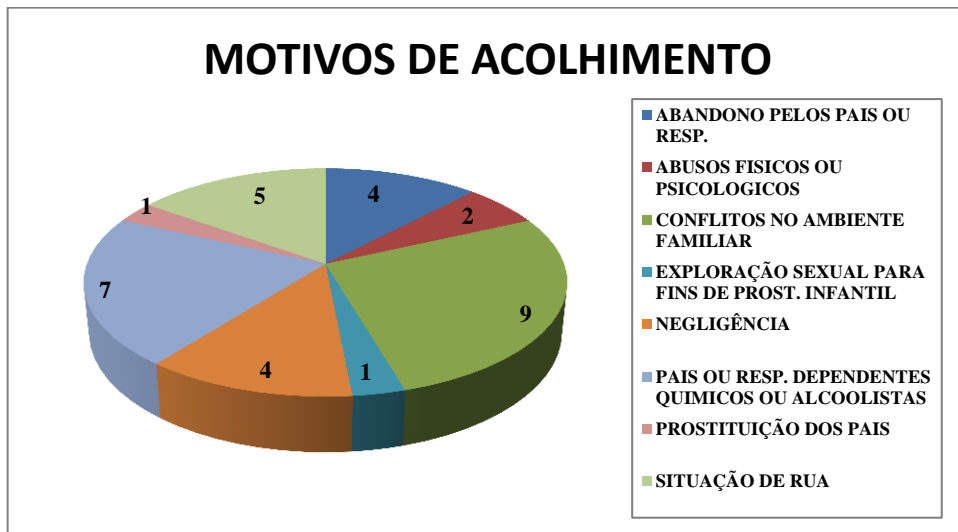
Gráfico 04: Tempo de Acolhimento



Fonte: (Elaborado pela Autora, 2017).

Quanto ao tempo de acolhimento: 10 (dez) abrigados estão na instituição no período compreendido entre 01 e 12 meses; entre 01 a 02 anos, são 02 (dois) os acolhidos, e embora o tempo de acolhimento não deva, em teoria, exceder 24 meses, de acordo com a Lei 12010/09 (Nova Lei de Adoção), encontramos 04 (quatro) acolhidos que permanecem na instituição entre 02 a 04 anos, e outros 04 (quatro) acolhidos que já residem na Entidade de Acolhimento entre 04 a 06 anos.

Gráfico 05: Motivos de Acolhimento



Fonte: (Elaborado pela Autora, 2017).

De acordo com pesquisas realizadas na Entidade de Acolhimento, mais precisamente através do Plano Individual de Atendimento (PIA) dos acolhidos, bem como, na Guia de Acolhimento emitida pelo Poder Judiciário, o gráfico acima apresenta os principais motivos de acolhimento, dentre eles o principal motivo de acolhimento são os conflitos no ambiente familiar - 09 (nove) casos; seguidos de pais ou responsáveis dependentes químicos ou alcoolistas - 07 (sete) casos; situação de rua - 05 (cinco) casos; consecutivo a este, com 04 (quatro) casos cada, vem abandono pelos pais ou responsáveis, negligência e em razão da própria conduta; há ainda, 02 (dois) casos de abusos físicos ou psicológicos; 01 (um) caso de exploração sexual para fins de prostituição infantil e, por fim, 01 (um) de prostituição dos pais.

### 2.3 Serviço Social na Instituição

As atribuições do Assistente Social na Entidade de Acolhimento, estão contidas na Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009, bem como nas Orientações Técnicas:



Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente (CONANDA). O profissional, portanto, utiliza-se dos seguintes instrumentais:

- Acolhida ao usuário; conhecimento do caso como ponto de partida, através da escuta com o Conselho Tutelar por ser o primeiro a ter contato com usuário;
- Entrevista ou escuta qualificada com os familiares buscando informações básicas num primeiro momento para identificar a dinâmica familiar. Atendimento psicossocial aos acolhidos, se utilizando de um olhar técnico, fazendo as perguntas corretas, de modo a buscar uma vinculação e vir a ganhar a confiança do acolhido buscando a melhor forma de trabalhar cada caso com suas singularidades;
- Visitas domiciliares com o objetivo de identificar a realidade da família em seus aspectos socioeconômicos, com ética para não constranger;
- Estudo de Caso onde já é possível verificar a possibilidade de reinserção na família ou destituição;
- Acompanhamento familiar onde se dá um dos maiores desafios, trabalhar essa família negligente, por precisar de repente garantir o retorno no mínimo de tempo possível, mas, de forma segura e saudável para o acolhido;
- Elaboração de Plano Individual de Atendimento (PIA) que deve ser atualizado de seis em seis meses ou sempre que houver audiências;
- Elaboração de relatórios, que juntamente com o PIA irão subsidiar a decisão do juiz em audiências;
- Registros (Diário de Campo);
- Grupos com crianças e adolescentes;
- Grupos com familiares;
- Investigação;
- Confecção ofícios;
- Parecer Social;
- Acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados;
- Audiências;
- Trabalhar o acolhido para uma suposta destituição e conseqüentemente a adoção; dentre outros.

O Assistente Social, portanto, possui várias atribuições, pois presta um serviço de complexidade, o qual envolve as dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-

operativo, não se utilizando em hipótese alguma do senso comum. Busca sobretudo, o desligamento dos acolhidos no menor tempo possível por se tratar de medida protetiva emergencial, porém, apenas quando tiver segurança que a criança ou adolescente não será negligenciado novamente mediante reintegração familiar. Vale ressaltar a importância de trabalhar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários durante o período de acolhimento para que estes não se fragilizem ainda mais.

É válido destacar a parceria com a rede de atendimento e demais políticas públicas como Saúde, Educação, Assistência Social, Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário, partindo de uma realidade onde a Entidade de Acolhimento por si só, não consegue efetivar de forma qualificada o serviço, é preciso essa articulação com a rede, o que chega a ser um grande desafio.

É relevante enfatizar o trabalho interdisciplinar, no qual o Assistente Social e o Psicólogo sempre irão andar juntos, cada um executando os instrumentos que lhe competem, qualificando o que é comum para ambos com a finalidade de atingir em conjunto os mesmos objetivos.

**Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:**

- I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; (Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, 1993).

Apesar da equipe técnica da instituição, mais precisamente as profissionais Assistente Social e Psicóloga, trabalharem em conjunto, não podemos esquecer que o Assistente Social em sua atuação possui atribuições que apenas compete a ele enquanto profissional, conforme descrito a cima.

**Art. 5º São deveres do/a assistente social nas suas relações com os/as usuários/as:**

- a- contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais;
- b- garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e consequências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos/as usuários/as, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos/as profissionais, resguardados os princípios deste Código. (Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, 1993).

Conforme o código de ética e através da experiência no campo de estágio foi possível identificar a relação de busca e garantia na efetivação dos direitos sociais da Assistente Social referente às crianças e adolescentes da Entidade de Acolhimento. A mesma possui postura ética, comprometida com o desenvolvimento e cidadania dos usuários, posiciona-se de forma coerente frente às demandas existentes considerando o espaço de cada um, garantindo o respeito e a adequada relação com os mesmos. Essa relação se dá através dos atendimentos individuais e grupais e escuta qualificada.

O estágio é fundamental para o acadêmico, pois o mesmo começa a vivenciar, de maneira efetiva, o aprendizado que obteve em sala de aula, desconstruindo a idéia de que a prática é diferente da teoria.

#### 2.4 Diagnóstico

O diagnóstico é uma forma de conhecimento aprofundado sobre determinada realidade social, buscando seus pontos positivos e negativos para assim intervir de forma efetiva nessa dada realidade. Para tanto, se faz necessário o desligamento do senso comum, buscando um olhar crítico e reflexivo.

Nossa Senhora do Socorro se localiza ao leste do estado de Sergipe, a dimensão da área é de aproximadamente 155,018 km<sup>2</sup>.

Possivelmente a ocupação de Nossa Senhora do Socorro tenha ocorrido no séc. XVI período em que se iniciou a colonização das terras da capitania de Sergipe Del Rey e fase em que a Coroa Portuguesa determinou o avanço da colonização sobre a capitania de Sergipe. (IBGE, 2010).

Em seu contexto histórico é possível identificar que o município passou por diversas mudanças, sobretudo de caráter religioso, é importante destacar ainda a dificuldade em administrá-lo devido a sua explosão demográfica nos últimos anos.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2010, a população de Nossa Senhora do Socorro possuía aproximadamente 160.827 de habitantes, onde a população masculina representava 78.287, enquanto a população feminina era de 82.540 habitantes. Estimavam um crescimento no ano de 2017 para 181.928 habitantes, tornando-se, portanto, um município de grande porte. Dessa população, 97% encontra-se na área urbana e 3% na área rural.

Dentre os maiores conjuntos habitacionais de Nossa Senhora do Socorro encontra-se o Conjunto Fernando Collor, comunidade onde está localizada a Entidade de Acolhimento Mista Dr.ºGilton Feitosa da Conceição.

No sentido de garantir o direito a saúde e ampliar a capacidade de resposta aos problemas de saúde da população possuindo como porta de entrada dos pacientes ao Sistema Único de Saúde (SUS) as Unidades Básicas de Saúde (UBS), o município conta com programas e projetos como, por exemplo, o Programa Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), no qual “dará um suporte tanto nas unidades de saúde, quanto nas próprias casas dos pacientes que necessitem de acompanhamento a domicílio, atende ainda pacientes com microcefalia.” (PREFEITURA, 2017). Possui projetos como “Melhor em Casa”, “Construção do Centro Especializado em Reabilitação”, “Prontuário eletrônico”, dentre outros.

Nossa Senhora do Socorro conta com 49 estabelecimentos de saúde vinculados ao SUS, segundo o IBGE de 2010 “A taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13.67 para 1.000 nascidos vivos”. Encontra-se localizada no Conjunto Fernando Collor a Unidade Básica de Saúde Gabriel Alves da Paixão, tendo como principais serviços: consultas de rotina, curativo, vacinação, farmácia, dentre outros. Ao lado da UBS funciona o Centro de Especialidade, o qual oferta consulta com dermatologista, neuropediatra, urologista, oftalmologista, neurologista, ginecologista, psicóloga, etc., a comunidade conta ainda com clínicas particulares.

Segundo o IBGE de 2010 a situação da educação no município está caracterizada da seguinte forma: para o ensino pré-escolar existem aproximadamente 75 escolas, de modo que 47 são escolas da rede privada e 28 escolas públicas municipais; conta ainda com 107 escolas de ensino fundamental, dentre elas 46 são escolas privadas, 25 escolas públicas estaduais e 36 escolas públicas municipais. Enquanto que para o ensino médio o município conta com 16 escolas, dentre as quais 05 (cinco) são escolas privadas e 11 escolas públicas estaduais. Especificamente o Conjunto Fernando Collor possui em seu território 10 (dez) unidades de ensino: não possui creche, conta com 01 (uma) escola pública estadual, 02 (duas) públicas municipais e 07 (sete) escolas da rede privada.

Referente às matrículas de alunos, no ensino pré-escolar encontram-se aproximadamente 4.303 matrículas, no ensino fundamental existem 25.522 pessoas matriculadas, e no ensino médio 4.416 matrículas.

A taxa de analfabetismo em Nossa Senhora do Socorro segundo o Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE) 2010 é de 10,70%, o que equivale aproximadamente a 17.208 da população analfabeta acima de 15 anos.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo

conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população (MDS, 2015). Dessa forma, o número de famílias cadastradas até setembro/2017 no CADÚNICO era cerca de, 31.953 famílias, dentre eles 21.670 famílias recebem o Bolsa Família o que equivale a 48% da população. Sendo que no Conjunto Fernando Collor 2.785 famílias possuem cadastro, dentre as quais 1.831 famílias recebem o benefício.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que não possa prover seu próprio sustento. Sendo assim, o total de beneficiários até setembro/2017 do BPC é em torno de 2.216 pessoas, sendo 1.582 Pessoas com Deficiência (PCD) e 634 idosos. Por se tratar de um benefício assistencial, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito.

Quanto aos equipamentos sociais da Assistência Social o município possui atualmente 04 (quatro) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e 02 (dois) Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) que atendem à população por áreas de abrangência, a Central de Atendimento do CADÚNICO Ebe Albuquerque Lima e a Tenda Cultural onde é desenvolvido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

Os serviços de transportes públicos são suficientes, pontuais e acessíveis ao município, o mesmo conta com mais de 10 (dez) linhas de ônibus que atendem à população. Referente ao Conjunto Fernando Collor a população é bem assistida pelo transporte público, com exceção dos finais de semana e feriados, pois a frota de ônibus é reduzida; com relação aos serviços prestados pelos funcionários das empresas de transporte, segundo os moradores, os motoristas por vezes não respeitam o direito à mobilidade dos idosos.

No que concerne aos serviços públicos, os de água e luz funcionam, porém nem todas as ruas são pavimentadas, a coleta de lixo não passa regulamente, a comunidade não conta com rede de esgoto. Com o crescimento significativo da violência na comunidade a forma que tinham de se proteger que era através de vigia noturno, não funciona mais. O conjunto possui, ainda, uma associação de moradores que está inativa, o 2º Conselho Tutelar da Comarca de Nossa Senhora do Socorro e o Departamento de Atendimento aos Grupos Vulneráveis (DAGV).

Dentre os problemas existentes na comunidade destacam-se: a falta de sensação de segurança, já que a ronda de policiamento é insuficiente, precariedade da educação, da saúde, de saneamento básico; porém o principal deles é a violência, sendo que, quem mais sofre com essa problemática são as crianças e os idosos por não conseguirem se defender sozinhos.

Foram encontradas dificuldades em localizar dados específicos do Conjunto Fernando Collor, devido à explosão demográfica do município, e por possuir apenas um código de endereçamento postal (CEP). Portanto, em razão disto, o diagnóstico possui dados gerais do município de Nossa Senhora do Socorro, com algumas especificidades da comunidade.

### 3 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL

#### 3.1 Abrangência do Projeto

A Entidade de Acolhimento Mista Dr.º Gilton Feitosa da Conceição com endereço na Av. Auxiliar II, nº300, Conj. Fernando Collor, Nossa Senhora do Socorro-SE, tem por finalidade prestar serviços de acolhimento para até 20 Crianças e Adolescentes de ambos os sexos, com faixa etária entre 0 e 18 anos incompletos, sob medida protetiva de abrigo conforme o Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Tendo em vista que a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS Nº 109, de 11 de novembro de 2009, está organizada por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), temos a Proteção Social Básica com caráter preventivo, e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade com seu caráter protetivo.

O Abrigo Institucional dessa forma, faz parte da rede de Serviço de Proteção Social Especial de Alta complexidade, que ocorre quando os pais ou seus respectivos responsáveis se encontram impossibilitados de cumprir temporariamente os cuidados com a criança ou adolescente.

### 3.2 Resumo

O presente trabalho faz referência ao Projeto de Intervenção baseado na experiência de Estágio Supervisionado na Entidade de Acolhimento Mista Dr.ºGilton Feitosa da Conceição. Por se tratar de crianças e adolescentes com vínculos familiares e comunitários extremamente fragilizados e por vezes rompidos, as relações interpessoais entre os acolhidos na Entidade é conseqüentemente comprometida. Trabalhar essas relações com os pais ou responsáveis seria inviável, visto que muitos não fazem visita à instituição a fim de fortalecer esses vínculos, e em alguns casos, estão impedidos por decisão judicial. Portanto, tendo em vista a problemática abordada, este projeto foi elaborado com a finalidade de promover ações através de atividades, que serão desenvolvidas pela estagiária de Serviço Social e supervisora de campo de estágio, que estimulem o fortalecimento das relações interpessoais entre os acolhidos, durante o tempo que estiverem na instituição, como forma de minimizar os conflitos e assegurar um ambiente saudável e harmonioso para o bem coletivo.

Palavras chaves: Acolhidos; Fortalecer; Projeto; Relações.



### 3.3 Participantes

O público alvo do Projeto de Intervenção refere-se à crianças e adolescentes de ambos os sexos da Entidade de Acolhimento Mista Dr.º Gilton Feitosa da Conceição. Este se restringe ao público de 09 (nove) acolhidos com faixa etária entre 04 e 17 anos.

<b>Crianças</b>	<b>Adolescentes</b>	<b>Jovens</b>	<b>Adultos</b>	<b>Idosos</b>	<b>TOTAL</b>
<b>4 – 12</b>	<b>14 – 17</b>	<b>18 - 29</b>	<b>30 - 59</b>	<b>60 e +</b>	
<b>X</b>	<b>X</b>				<b>09</b>

### 3.4 Justificativa

Durante o estágio supervisionado I na Entidade de Acolhimento Mista Dr.º Gilton Feitosa da Conceição foi possível identificar, que por se tratarem de crianças e adolescentes com vínculos familiares e comunitários extremamente fragilizados e por vezes rompidos e, sabendo-se da importância do fortalecimento do mesmo enquanto formação de identidade, percebe-se que a ausência desses vínculos, que deveriam inicialmente ser constituídos no âmbito familiar, tem refletido diretamente nas relações interpessoais entre os acolhidos, levando-os à agressão verbal, psicológica e até mesmo física. Segundo MDS e SEDH, “a segurança sentida na convivência familiar e comunitária oferecerá as bases necessárias para o amadurecimento e para a constituição de uma vida adulta saudável” (2006).

Portanto, diante dessa problemática, o projeto de intervenção tem por finalidade estimular e trazer para o debate através de atividades a importância do fortalecimento de vínculos entre os acolhidos, bem como as relações interpessoais entre os mesmos. Garantindo, dessa forma, um ambiente saudável e harmonioso durante o período em que estão acolhidos na Instituição, como uma forma de assegurar um bem coletivo, que são essenciais nesse processo de formação ética e moral enquanto cidadãos dotados de direitos e deveres.

O termo vínculo origina-se do latim *vinculum*, que significa união com características duradouras, laço e elo de conexão. O vínculo humano está ligado às influências recíprocas entre as pessoas, originando diferentes aspectos interacionais baseados no conhecimento, reconhecimento, ódio e amor, imprimindo, dessa forma, um significado ao relacionamento dos seres humanos (NCPI, 2016).

### 3.5 Objetivos

3.5.1 Objetivo Geral: Promover ações, que estimulem o fortalecimento das relações interpessoais dos acolhidos.

#### 3.5.2 Objetivos Específicos

- Proporcionar momentos que fortaleçam os vínculos entre os acolhidos, bem como o respeito mútuo;
- Elaborar com os acolhidos acordos de convivência a serem implementados na unidade.

### 3.6 Metodologia

O projeto de Intervenção será desenvolvido na Entidade de Acolhimento Mista DºGilton Feitosa da Conceição, dividido e aplicado em três momentos, com a finalidade de Promover ações que estimulem o fortalecimento das relações interpessoais dos acolhidos.

Na primeira ação que será desenvolvida dia 28 de Abril de 2018 no período entre 08hrs e 12hrs da manhã, a Assistente Social da Instituição e estagiária de Serviço Social exibirão um filme (A Mansão Mágica), que trará como temática a importância de fortalecer os vínculos afetivos entre os acolhidos, bem como conceitos a exemplo de solidariedade, respeito, tolerância, com o objetivo de trazer a reflexão referente ao tema, no sentido de garantir um ambiente saudável e harmonioso durante a permanência na Entidade de Acolhimento.

A segunda ação ocorrerá no dia 12 de Maio de 2018, no período entre 08hrs e 12hrs da manhã, será desenvolvida através de uma roda de conversa, na qual a estagiária de Serviço Social, juntamente com a Assistente Social da Instituição e psicóloga, abordarão como tema, o respeito ao outro, com a finalidade de sensibilizá-los acerca do tema proposto, contribuindo dessa forma para minimizar os conflitos existentes.

A terceira ação transcorrerá no dia 02 de Junho de 2018, no período entre 08hrs e 12hrs da manhã, no qual os acolhidos irão construir um contrato de convivência com as principais regras a serem implementadas na unidade, bem como, a discussão das consequências em caso de descumprimento do acordo. A ação estará sendo desenvolvida pela estagiária de Serviço Social juntamente com a Assistente Social da Instituição.

### 3.7 Equipe de Trabalho

A equipe de trabalho para execução do Projeto de Intervenção foi composta pela Assistente Social da Instituição enquanto supervisora de campo de estágio, em conjunto com estagiária de Serviço Social, psicóloga como colaboradora e cuidadores do plantão nos dias de realização do projeto que darão apoio na efetivação do mesmo. Vale ressaltar a importância de cada um, em suas respectivas funções, tendo em vista a organização no desenvolvimento das atividades.

<b>Nome</b>	<b>Função no projeto</b>	<b>Formação Profissional</b>
Andrea Carlos Santos Souza	Supervisora de Campo	Assistente Social
Mirelle Conceição Silva	Executora	Estagiária de Serviço Social
Larissa Prata França	Palestrante	Psicóloga
Ana Paula dos Santos	Apoio	Cuidadora
Anderson Bomfim dos Santos	Apoio	Cuidador
Flávio Oliveira de Santana Santos	Apoio	Cuidador
Miria Rose Farias Silva	Apoio	Cuidadora
Rosemeire da Silva Santos	Apoio	Cuidadora
Rosemary de Castro Santos	Apoio	Cuidadora

### 3.8 Divulgação do Projeto

A divulgação do Projeto de Intervenção foi feita através de convite aos acolhidos, técnicos e cuidadores da instituição, com a finalidade de inteirá-los acerca da execução do Projeto de Intervenção, bem como informá-los sobre a importância de suas contribuições para o desenvolvimento do mesmo.

<b>Planejamento das atividades de divulgação</b>		
<b>Instrumentos</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Data</b>
Convite	Informar aos acolhidos sobre o Projeto de Intervenção que será executado.	16/04/2018
Convite	Inteirar aos técnicos e cuidadores referente à execução do Projeto Intervenção.	26/04/2018

### 3.9 Interação do Projeto com outras Políticas Públicas

Para execução do Projeto não se fez necessária interação com outras políticas públicas, visto que o projeto terá a finalidade de trabalhar as relações interpessoais dos acolhidos, no que se refere ao fortalecimento dos vínculos durante a permanência na instituição.

### 3.10 Orçamento

O valor total de gastos estimados para realização das atividades do Projeto de Intervenção será de aproximadamente R\$ 80,00 Reais.

<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor</b>
Bexigas	50	R\$ 5,00
Copos de Acrílico	09	R\$ 30,00
Lanches	-	R\$ 30,00
Pacote de bala	01	R\$ 4,00
Palito de churrasco	20	R\$ 5,00
Saco Plástico	10	R\$ 4,00
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 78,00</b>

### 3.11 Recursos Materiais

<b>Item</b>	<b>Quantidade</b>
Aparelho de DVD	01
Cadeiras	10
Mesa	01
Televisão	01

### 3.12 Avaliação

O Projeto de Intervenção de Estágio Supervisionado II foi avaliado pelas crianças e adolescentes da instituição através de questionário, no qual foram elaboradas perguntas de avaliação no que se refere à contribuição do projeto, os recursos utilizados, se foi de fácil compreensão, para que pudessem respondê-las com placas sinalizadas com “sim” ou “não”. A avaliação foi realizada após a última ação do projeto.

#### 4 SISTEMÁTICA DE OPERACIONALIZAÇÃO

A primeira ação do Projeto de Intervenção ocorreu no dia 28 de abril de 2018 no espaço da Entidade de Acolhimento Mista Dr.º Gilton Feitosa da Conceição, no horário das 09h às 12h no turno matutino. No primeiro momento, a Supervisora de Campo Andrea Carlos Santos Souza e a estagiária de Serviço Social Mirelle Conceição Silva enquanto executora do Projeto, reuniram-se com os acolhidos utilizando-se de uma roda de conversa para explicar a importância do Projeto, os motivos de sua execução, o objetivo de fortalecer as relações interpessoais entre os mesmos diante da atividade desenvolvida, dentre outros aspectos.

Em seguida foi exibido o Filme “A mansão mágica” que retrata a importância da aceitação ao outro e do fortalecimento de vínculos com a finalidade de trazer um bem coletivo.

Para finalizar, a estagiária elaborou perguntas referentes ao filme que foram respondidas e debatidas entre os acolhidos e supervisora de campo, foi possível trabalhar diversos conceitos, a exemplo de solidariedade, respeito, tolerância, com o objetivo de trazer a reflexão referente ao tema, no sentido de garantir um ambiente saudável e harmonioso durante a permanência na Entidade de Acolhimento.

Na primeira ação além da supervisora de campo, e estagiária, participaram 08 (oito) acolhidos e ainda 03 (três) cuidadores como pessoal de apoio. Foi possível identificar a compreensão de forma positiva pelos acolhidos que participaram de forma ativa das atividades.

A segunda ação do Projeto de Intervenção ocorreu no dia 12 de maio de 2018 no espaço da Entidade de Acolhimento Mista Dr.º Gilton Feitosa da Conceição, no horário das 09h às 12hno turno matutino. Nesta ação participaram a Psicóloga Larissa que juntamente com a estagiária de Serviço Social Mirelle Conceição Silva, enquanto executora do Projeto, e a Supervisora de Campo Andrea Carlos Santos Souza reuniram-se com os acolhidos através de uma roda de conversa.

No primeiro momento foi explicado aos acolhidos sobre a continuidade do projeto, explanando a sua importância e, em seguida, a psicóloga apresentou-se e pediu para que os acolhidos fizessem o mesmo e que expressassem o que mais gostam e o que menos gostam na Entidade de Acolhimento.

A psicóloga contou duas histórias, que retrataram a importância da empatia, de respeitar o limite do outro se colocando em seu lugar, a ajudar ao invés de julgar, e abordou

ainda a relevância em fortalecer os vínculos entre os acolhidos durante o tempo que estiverem na instituição. As crianças e adolescentes sentiram-se à vontade para falar sobre suas angústias com relação ao outro, brincadeiras, agressões verbais ou até mesmo físicas, que têm causado mal-estar e sentimentos de tristeza e raiva com relação ao grupo. Na oportunidade, a psicóloga, a estagiária e a Assistente Social dialogaram com os acolhidos levando-os a refletir sobre a importância do respeito, olhar o outro com mais atenção e juntos traçaram algumas estratégias no sentido de minimizar os conflitos existentes.

Para finalizar foi feita uma dinâmica, de modo que cada acolhido deveria escolher outro acolhido, falar uma qualidade e dar um abraço no mesmo, sendo proibido explicar os defeitos. Alguns se emocionaram, já com outros foi possível perceber a resistência em conseguir enxergar e externar a qualidade do outro, e mais ainda de demonstrar carinho em forma de abraço, mas todos conseguiram fazer. Vale destacar que é um comportamento compreensível, visto que muitos não tiveram isso no ambiente familiar, no entanto, até mesmo estes puderam perceber que existem possibilidades de manter um ambiente harmonioso e conseqüentemente saudável na Unidade de Acolhimento.

Na segunda ação do Projeto de Intervenção além da supervisora de campo, estagiária e Psicóloga, participaram 08 (oito) crianças e adolescentes e ainda 03 (três) cuidadores como pessoal de apoio.

A terceira ação do Projeto de Intervenção transcorreu no dia 02 de junho de 2018, no espaço da Entidade de Acolhimento Mista Dr.º Gilton Feitosa da Conceição, no horário das 09h às 12h no turno matutino. Nesta ação participaram a estagiária de Serviço Social Mirelle Conceição Silva, enquanto executora do Projeto, e a Supervisora de Campo Andrea Carlos Santos Souza, 08 (oito) crianças e adolescentes e ainda 03 (três) cuidadores como pessoal de apoio.

No primeiro momento foi feita uma dinâmica, na qual cada acolhido deveria elencar duas regras que achavam essenciais para o convívio em grupo na Entidade de Acolhimento, estas variaram desde a aplicação das “palavras mágicas, como bom dia, com licença, por favor”, até o comprometimento no que se refere a não agredir verbalmente e fisicamente os colegas. Os acolhidos elaboraram ainda conseqüências em caso de descumprimento das regras, como por exemplo, “não participar de atividades recreativas dentro e fora da instituição”. Tanto as regras, como suas conseqüências no descumprimento foram debatidas pela estagiária e supervisora de campo, no sentido de levá-los à reflexão da sua importância para uma boa convivência.

Após conclusão, deu-se um momento de interação com lanches, lembrancinhas com os principais conceitos abordados durante o Projeto de Intervenção como, respeito, tolerância, solidariedade, empatia, dentre outros.

Para finalizar, foi feita com os acolhidos a avaliação do projeto através de questionário, no qual foram elaboradas perguntas no que se refere à contribuição do projeto, importância dos temas abordados, os recursos utilizados, se foi de fácil compreensão, as quais foram respondidas com placas sinalizadas com “sim” ou “não”. Vale ressaltar, que de acordo com a avaliação dos acolhidos os objetivos traçados pelo projeto foram de fato alcançados.



## 5 ANÁLISE E SÍNTESE DA EXPERIÊNCIA VIVENCIADA

O Estágio Supervisionado é a primeira experiência que o discente tem no campo profissional, é a porta de entrada para observar e correlacionar a teoria com a prática, desconstruindo a visão de que teoria e prática se dissociam. Os Estágios Supervisionados I e II foram realizados na Entidade de Acolhimento Mista Dr.º Gilton Feitosa da Conceição, no Conjunto Fernando Collor, no município de Nossa Senhora do Socorro-SE, cumprindo a carga horária de 400 horas em campo de estágio

No estágio I foi possível fazer o levantamento da política setorial, que aqui se refere à Política de Assistência Social, bem como, um histórico da instituição, a sua finalidade, estrutura organizacional, foi traçado o perfil do usuário da unidade, e ainda um diagnóstico socioterritorial com objetivo de compreender os aspectos da comunidade na qual a Entidade de Acolhimento está inserida.

Fez-se necessário compreender a forma como o Serviço Social está inserido na instituição, a forma de acompanhamento da dinâmica dos acolhidos, bem como, dos seus familiares ou responsáveis. As atribuições do Assistente Social na Entidade de Acolhimento, estão contidas nas Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente (CONANDA), bem como na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais:

Acolhida/Recepção; escuta; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; estudo Social; apoio à família na sua função protetiva; cuidados pessoais; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sociofamiliar; protocolos; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; referência e contra-referência; elaboração de relatórios e/ou prontuários; trabalho interdisciplinar; diagnóstico socioeconômico; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; monitoramento e avaliação do serviço; organização de banco de dados e informações sobre o serviço, sobre organizações governamentais e não governamentais e sobre o Sistema de Garantia de Direitos (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, p. 33, 2009).

Por se tratar de um serviço complexo, o Assistente Social desempenha suas atividades de forma dinâmica, foi importante para a estagiária o acompanhamento e aprimoramento dos diversos instrumentais conforme descrito acima.

A estagiária esteve inserida de forma direta nas atividades, tendo a oportunidade de acompanhar a Supervisora de Campo em visitas domiciliares, intervenção com os acolhidos e familiares ou responsáveis podendo intervir, contribuir na construção de relatórios e no plano individual de atendimento (PIA), esteve presente, apenas para observação, nas audiências concentradas que acontecem duas vezes ao ano, para reavaliar os casos dos acolhidos. Cabe aqui destacar a importância de o Assistente Social estar preparado com relação aos casos dos acolhidos, bem como pautado teoricamente para se colocar, uma vez que o posicionamento do mesmo dá subsídio para a decisão do juiz, seja ela de reinserção familiar, destituição, retorno para Entidade de Acolhimento, dentre outros.

Apesar da equipe técnica da instituição, mais precisamente as profissionais de referência a Assistente Social e psicóloga trabalharem em conjunto, não podemos esquecer que o Assistente Social em sua atuação possui atribuições que apenas compete a ele enquanto profissional, conforme o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social em seu Art. 5º.

Ainda no estágio I, a estagiária de Serviço Social elaborou uma proposta de intervenção, mediante as diversas problemáticas existentes na Entidade de Acolhimento, optou, por sua vez, trabalhar as relações interpessoais dos acolhidos visto que são extremamente fragilizadas. Diante disso, foi elaborado um Projeto de Intervenção executado no estágio II, que tem como tema “Quebrando Barreiras: Fortalecendo Vínculos”, desenvolvido em três momentos na instituição, que tem como público alvo crianças e adolescentes com faixa etária entre 04 e 17 anos. Projeto que tem por finalidade, estimular o fortalecimento das relações interpessoais dos acolhidos, durante o tempo que estiverem na Entidade, como forma de minimizar os conflitos e assegurar um ambiente saudável e harmonioso para o bem coletivo.

Diante do exposto, os Estágios Supervisionados I e II configuram-se como o primeiro contato defronte os desafios que a realidade da profissão nos apresenta, tanto da comunidade quanto da instituição em que o estagiário está inserido. Desenvolvendo, dessa forma, a capacidade de enfrentar e superar os desafios encontrados no campo profissional, desencadeando o domínio de instrumentos teóricos e práticos no que diz respeito à execução das suas funções.

Pode-se ainda destacar a relevância da interação do estagiário com o supervisor acadêmico e supervisor de campo, pois sua identidade profissional começa a ser formada nesse processo de ensino e aprendizagem, através do acompanhamento da prática profissional do Assistente Social sob as dimensões ético- político, teórico-metodológico e técnico-operativo.

É importante salientar que foi desafiador, principalmente por acompanhar o processo na mudança da gestão da Entidade de Acolhimento, e ser acompanhada por profissionais distintas, competentes e comprometidas no que se refere ao serviço. Portanto, o estágio possibilitou a estagiária amadurecer e crescer enquanto futura profissional, através das experiências vivenciadas em campo.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É partir do estágio, através das experiências e acompanhamento da Assistente Social em sua atuação na atual conjuntura, que ocorre a formação da identidade do futuro profissional. O estágio proporcionou uma oportunidade de troca de experiências, bem como crescimento pessoal e profissional, no qual fora transmitido o conhecimento das atribuições profissionais possibilitando a estagiária apropriar-se e compreender o papel e postura profissional.

Segundo a Resolução 533:

A atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional e que se consubstancia como exercício teórico-prático, mediante a inserção do aluno nos diferentes espaços ocupacionais das esferas públicas e privadas, com vistas à formação profissional, conhecimento da realidade institucional, problematização teórico-metodológica; (RESOLUÇÃO 533, 2008).

Vale destacar a importância dos supervisores acadêmicos e de campo no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem voltado para uma formação qualificada durante o processo de estágio, que pretende possibilitar ao aluno em formação uma noção da realidade desenvolvendo competências e habilidades para que possam intervir de forma direta e comprometida em uma dada realidade.

Portanto, o estágio supervisionado é primordial na vida do acadêmico, enquanto experiência, pois, através dele pretende-se adquirir um amadurecimento, visto que é um momento de ponto de partida para promover maior integração entre a aprendizagem acadêmica e a prática profissional. O estágio configura-se na compreensão da dinâmica institucional através da prática profissional do Assistente Social sob as dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo, desconstruindo dessa forma o conceito de que a prática se dissocia da teoria.

## REFERÊNCIAS:

BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988. Disponível em :<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 02 out. 2017.

BRASIL, 2009. Lei de Adoção 12010/09. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm)>. Acesso em: 15 out. 2017.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social, Brasília, 1993. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8742compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm)>. Acesso em: 02 out. 2017.

BRASIL, Resolução 533, de 29 de set de 2008. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

CFESS. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS\\_ESTAGIOSUPERVISIONADO.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIOSUPERVISIONADO.pdf)>. Acesso em: 03 nov. 2017

Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011\\_CFESS.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP2011_CFESS.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2017.

CONANDA- Orientações técnicas: Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em:<<http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/programas/pdf/orientacoes-tecnicas.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

Conselho Federal de Serviço Social CEFESS. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/>>. Acesso em: 15 set. 2017.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 16 ago. 2017.

Importância dos Vínculos Familiares na Primeira Infância, 2016. Disponível em:<[https://issuu.com/fmcsv/docs/wp-vinculos\\_familiares](https://issuu.com/fmcsv/docs/wp-vinculos_familiares)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280480&search=sergipe|nossa-senhora-do-socorro>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 2016. Disponível em: <<estatisticahttps://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=280480&search=sergipe|nossa-senhora-do-socorro|infograficos:-historico>>. Acesso em 04 nov. 2017.

Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, 2017. Disponível em: <<https://portal.inss.gov.br/informacoes/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc/>>. Acesso em: 13 out. 2017.

LONARDONI, Eliana. O processo de afirmação da assistência social como política social. Disponível em: <[http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_sonia.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_sonia.htm)>. Acesso em: 15 out. 2017.

MDS. Cadastro Único, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>>. Acesso em: 10 set. 2017.

MDS. Assistência Social Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social>>. Acesso em: 05 out. 2017.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/>>. Acesso em: 07 set. 2017

Política Nacional de Assistência Social PNAS. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2017.

Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 2010. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311145368198230.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf)>. Acesso em: 30 Out. 2017.

Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro, 2012. Disponível em: <<http://www.socorro.se.gov.br/acessoainformacao>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

Relatório de Programas e Ações do MDS, 2017. Disponível em: <aiad.sagi@mds.gov.br>. Acesso em: 14 nov. 2017.

Sistema Único de Assistência Social. de Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/suas/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SPOSATI, A. O. A Assistência Social no Brasil 1983-1990. São Paulo, 1991. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/JssicaTomaz/a-assistncia-social-no-brasil-19831990-aldaza-sposati>>. Acesso em: 20 set. 2017.

Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. 2014. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/tipificacao.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf)>. Acesso em: 12 set. 2017.

Tribunal de Contas Estado de Sergipe- TCE. Taxa de analfabetismo, 2010. Disponível em: <<https://www.tce.se.gov.br/IndicadoresMunicipais/mapa?indicador=4>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

# APÊNDICES



**APÊNDICE A:** Registros Fotográficos das ações



Foto 01- Primeira ação (Exibição de filme)



Foto 02: Segunda ação (Roda de conversa com psicóloga)



Foto 03: Terceira ação (Elaboração do contrato de convivência)



Foto 04: Momento de interação com os acolhidos na terceira ação

APÊNDICE B- Questionário de Avaliação



**PROJETO DE INTERVENÇÃO**  
**QUEBRANDO BARREIRAS: FORTALECENDO VÍNCULOS**



**QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO**  
**QUEBRANDO BARREIRAS: FORTALECENDO VÍNCULOS**  
**ENTIDADE DE ACOLHIMENTO MISTA Dº GILTON FEITOSA DA CONCEIÇÃO**

**EXECUTORA DO PROJETO: MIRELLE CONCEIÇÃO SILVA**

**SUPERVISORA DE CAMPO: ANDREA CARLOS SANTOS SOUZA**

**1- O Projeto de Intervenção foi importante?**

**SIM**

**NÃO**



**2- Houve dificuldade na compreensão do tema?**

**SIM**

**NÃO**



**3- O filme “A mansão mágica” contribuiu para compreensão acerca do tema?**

**SIM**

**NÃO**



**4- Quanto ao momento com a psicóloga vocês gostaram?**

**SIM**

**NÃO**



**5- A dinâmica utilizada contribuiu para construção do contrato de convivência?**

**SIM**

**NÃO**

## APÊNDICE C- Contrato de Convivência



### CONTRATO DE CONVIVÊNCIA

O Contrato de Convivência é resultado de um trabalho de reflexão através de uma dinâmica de grupo, realizada no dia 02 de Junho de 2018, a cerca da necessidade do estabelecimento de regras importantes ao convívio social na Entidade de Acolhimento Mista DrºGilon Feitosa da Conceição, sendo que neste processo foi possível estabelecê-las de forma coletiva pelos acolhidos, sob a supervisão da Estagiária Mirelle Conceição Silva e Assistente Social da Instituição Andrea Carlos Santos Souza. Proporcionando desta forma um maior comprometimento com o cumprimento das mesmas, bem como da ciência das consequências em não cumpri-las.

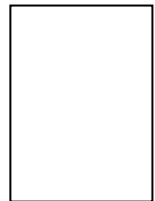
#### REGRAS ESTABELECIDAS

- Respeitar as pessoas com quem convive com tratamento educado e o uso das “palavras mágicas”: bom dia, boa tarde, boa noite, por favor, obrigado, com licença, me desculpe;
- Não agredir física ou verbalmente nenhum colega ou funcionário ou uso de palavrões e xingamentos;
- Obedecer e não sair sem autorização;
- Organizar e limpar o quarto;
- Não usar material alheio sem autorização;
- Cumprir com o combinado sendo responsável;
- Assumir os erros;
- Ser empático e solidário aos sentimentos dos outros.

#### CONSEQUÊNCIAS AO DESCUMPRIR AS REGRAS

- Não ir a quadra;
- Ficar sem vídeo game;
- Não assistir televisão;
- Não participar de eventos externos e internos;
- Pedir desculpas.

# ANEXOS

**ANEXO A- Plano Individual de Atendimento (PIA)****PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO**

Número do Processo:

Técnico de Referência:

Responsável Legal:

**I-IDENTIFICAÇÃO:**

Nome:

Filiação:

Endereço:

Telefone:

Naturalidade:

Documentação

Data de Nascimento:

Referência Familiar:

Irmãos Acolhidos? Sim ( ) Não ( ) Qual Instituição: Entidade de Acolhimento Dr. Gilton Feitosa da Conceição

**II-SITUAÇÃO PROCESSUAL:**

Data do Acolhimento:

Motivo:

Órgão Responsável pelo Acolhimento:

Foi elaborada ocorrência policial/BO? ( ) Sim n°. Não ( )

**III . DOCUMENTOS ATUAIS:**

- ( ) Certidão de Nascimento/Matrícula:
- ( ) CPF n°
- ( ) CTPS
- ( ) Cartão de Vacina (original)
- ( ) Carteira de Identidade n°
- ( ) Guia de Acolhimento n°
- ( ) Sem Documentos
- ( ) Outros

**IV-CARACTERIZAÇÃO FAMILIAR:**

4.1- COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

( ) Família Biológica ( ) Família Extensa ( ) Família Substituta ( ) Outros:

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Ocupação	Renda
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-----	-----	-----	-----	-----	-----

4.2- HISTÓRICO FAMILIAR:

4.3- RECEBE VISITA DOS FAMILIARES?

( ) SIM ( ) NÃO QUEM?

4.4- A FAMÍLIA ESTÁ INSERIDA EM ALGUM PROGRAMA SOCIAL?

( ) SIM ( ) NÃO QUAL?

VALOR DO BENEFÍCIO:

**V- SITUAÇÃO DE HABITABILIDADE:**

## 5.1- TIPO DE MORADIA:

CASA ( ) BARRACO ( ) VILA ( ) OUTROS ( )

## 5.2- SITUAÇÃO DE MORADIA:

PRÓPRIA ( ) ALUGADA ( ) CEDIDA ( ) OUTROS ( ) \_\_\_\_\_

## 5.3- MATERIAL DA HABITAÇÃO:

ALVENARIA ( ) TAIPA ( ) MATERIAL RECICLADO ( ) MADEIRA ( )

OUTROS ( ) \_\_\_\_\_

## 5.4 – ESPAÇO FÍSICO:

NÚMERO DE CÔMODOS:

ÁGUA ENCANADA ( ) ENERGIA ( ) ESGOTO ( ) SANEAMENTO BÁSICO ( )

**VI- TRAJETÓRIA ESCOLAR:**

-ESTUDA? SIM ( ) NÃO ( ) POR QUE?

-ESCOLA:

-SÉRIE: TURNO: MANHÃ ( ) TARDE ( ) NOITE ( )

**VII- SITUAÇÃO DE SAÚDE:**

## 7.1 - AVALIAÇÃO CLÍNICA INICIAL:

Vacinas atualizadas ( ) Cartão do SUS ( ) Encaminhamentos ( )

## 7.2- TEM PROBLEMA DE SAÚDE?

SIM ( ) NÃO ( ) QUAL?

## 7.3 - FAZ ALGUM ACOMPANHAMENTO ESPECIALIZADO?

SIM ( ) NÃO ( ) QUAL?

## 7.4- USUÁRIO DE DROGAS?



SIM ( ) NÃO ( ) QUAL?

**VIII-RECURSOS COMUNITÁRIOS/ CURSOS:**

8.1- PARTICIPA DE ALGUM PROJETO?

SIM ( ) NÃO ( ) QUAL? \_\_\_\_\_

8.2- PARTICIPA DE ALGUM CURSO?

SIM ( ) NÃO ( ) QUAL? \_\_\_\_\_

**IX- PROPOSTA DE METAS:**

<b>METAS</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
<b>Convivência Familiar</b>	
<b>Escolarização</b>	
<b>Comportamento</b>	
<b>Saúde</b>	
<b>Cultura</b>	
<b>Cursos</b>	

**DATA:**

**ANEXO B- Relatório**

**ENTIDADE DE ACOLHIMENTO MISTA  
DR. GILTON FEITOSA DA CONCEIÇÃO**

---

**RELATÓRIO****Técnico(s):****Data:**

---

**1. IDENTIFICAÇÃO DA ADOLESCENTE****Nome:****Filiação:****Endereço:****Idade:****Documentação:****Motivo do acolhimento:****Data de institucionalização:****2. HISTÓRICO****3. DINÂMICA INSTITUCIONAL****4. SITUAÇÃO ESCOLAR****5. REFERÊNCIA FAMILIAR****6. EVOLUÇÃO DO CASO****7. ASPECTO PSICOLÓGICO****8. CONSIDERAÇÕES**

**ANEXO C- Ofício de Evasão**

**ENTIDADE DE ACOLHIMENTO MISTA Dr.º GILTON FEITOSA DA CONCEIÇÃO**

**Av. AUXILIAR II N.º 300- Conj. Fernando Collor. Município N.Sr.ª. do Socorro-Se**

**Cep: 49160-000 tel. 32542890**

**E-mail: [abrigogiltonfeitosa@hotmail.com](mailto:abrigogiltonfeitosa@hotmail.com)**

Nossa Senhora do Socorro, XXXXXXXXXXXX

**Ofício n.º XXXXXXXXX**

**Ref: Evasão de XXXXXXXXXXXXXXXX**

**Ao Sr.º.**

**MM.º Juiz XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste informar à Vossa Excelência que os adolescentes **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** e **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** foram para a escola no dia 08 de Junho do corrente ano e não retornaram a Entidade de Acolhimento. Somente a acolhida **XXXXXX** retornou para a instituição no dia 11 de Junho. Cabe destacar que **XXXXXX** estuda no horário da tarde e **XXXXXX** no horário da noite e não evadiram juntos.

Atenciosamente,

---



## ANEXO E- Relatório Mensal de Atividades



**ENTIDADE DE ACOLHIMENTO MISTA Drº. GILTON FEITOSA DA CONCEIÇÃO**  
**Av. AUXILIAR II N° 300- Conj. Fernando Collor. Município N.Srª. do Socorro-Se**  
**E-mail: [abrigogiltonfeitosa@hotmail.com](mailto:abrigogiltonfeitosa@hotmail.com)**

**RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**  
**REFERÊNCIA:**

**1. IDENTIFICAÇÃO**

<b>Instituição:</b>	
<b>Nº do Convênio:</b>	
<b>Responsável pela Instituição:</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>Telefone:</b>	<b>E-mail:</b>


**2. PÚBLICO ALVO**

<b>Serviço ofertado:</b>
<b>Capacidade de atendimento do convênio:</b>
<b>Número de usuários atendidos pela Instituição:</b>

**3. AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA INSTITUIÇÃO.**

<b>METAS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>Toda e qualquer atividade realizada, tem por objetivo a preparação gradativa para o desligamento do acolhido, visando a reinserção deste na família natural e/ou extensa, ou em último caso, inserção em família substituta.</b>	




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O Reitor da **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**, no uso de suas atribuições e tendo em vista que **MIRLA VANESSA MENEZES DA CONCEIÇÃO**, filha de **Claudionor da Conceição** e de **Maria de Fatima Menezes Conceição**, nascida a **17 de agosto de 1986**, natural de **Sergipe - Brasil**, portadora da carteira de identidade nº **30815746-SSP/SE**, concluiu em **03 de maio de 2008** o curso de **LETRAS**, outorga-lhe o presente diploma de **LICENCIADO EM PORTUGUÊS** para que possa gozar dos direitos e prerrogativas concedidos a este título pelas leis do País.

Aracaju(Se), 11 de junho de 2008.

  
 PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

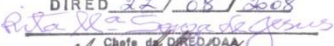
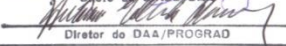
  
 REITOR

  
 DIPLOMADO

**Prof. Dr. Antônio Donatone Bezerra**  
 Pró-Reitor de Graduação

**Prof.ª Dra. Jenny Dantas Barbosa**  
 Coordenadora Geral de Planejamento  
 no exercício da Reitoria

**CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS**  
 Reconhecido pelos Decretos  
 n. 34.963 - D.O.U. 28/01/54 e  
 n. 39.039 - D.O.U. 19/05/56.

**MEC - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
 Diploma registrado sob nº 00056  
 Livro 042 fls. 028 em 22/08/2008  
 Processo nº 011844/08-71  
 DIREC 22/08/2008  
  
 Rilda Xa  
 Chefe da DIREC/DA4  
  
 Diretora do DA4/PROGRAD

107093

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que fiz a correção ortográfica e gramatical do RELATÓRIO FINAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO I E II do (a) aluno (a) Mirelle Conceição Silva, acadêmica do Curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes.

ARACAJU, 18 de junho de 2018

Mirila Janina Menezes da Conceição

NOME

Prof.<sup>a</sup> Graduada em Letras Vernáculas